

PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DE INCÊNDIO: DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA E MUDANÇA DE COMPORTAMENTO

*Sanderson Dias Bragança¹
André Pimentel Lugon²*

RESUMO

O presente artigo construiu-se como uma investigação reflexiva a respeito das definições e distinções entre prevenção e proteção. Assim como a hierarquia e disciplina são os pilares que sustentam as organizações militares, a prevenção e a proteção são, por sua vez, os valores que orientam, justificam e legitimam as práticas e as convicções, que, em última análise, compõem o que se convencionou chamar pelos corpos de bombeiros de Sistema de Segurança Contra Incêndio (SISCI). Inobstante a importância dos conceitos prevenção e proteção, uma breve pesquisa a obras literárias tradicionais do SISCI e à legislação do CBMES, revela que a despeito de sua mencionada importância, tais termos não possuem definições categóricas que as distingam com clareza no SISCI. Tal realidade redundava em não delimitar suas acepções, podendo comprometer assim suas gestões, o que inclui o papel essencialmente retroalimentador da perícia na SCI, uma vez que, dado o grau de complementaridade naturalmente existente entre os temas, a ausência de uma distinção cristalina na cultura organizacional, por vezes leva a se tomar um pelo outro, via de regra, privilegiando-se a proteção em detrimento da prevenção.

Palavras-chave: Prevenção a incêndios. Proteção a Incêndios. Perícia de Incêndio. Sistema de Segurança Contra Incêndio.

¹ Capitão do CBMES, Cientista Social pós-graduado em Filosofia Social pela UFES, Perito de Incêndio e Analista de Projetos do Centro de Atividades Técnicas do CBMES.

² Major CBMES, Mestre em Gestão Pública pela UFES, Perito de Incêndio e Chefe do Departamento de Investigação, Pesquisa e Prevenção de Incêndio do CBMES.

PREVENTION AND PROTECTION: TERMINOLOGICAL DEFINITION AND BEHAVIOR CHANGE

ABSTRACT

This article was constructed as a reflective investigation regarding the definitions and distinctions between prevention and protection. Just as hierarchy and discipline are the pillars that support military organizations, prevention and protection are, in turn, the values that guide, justify and legitimize practices and convictions, which, in the final analysis, make up what is agreed to call the Fire Safety System (SISCI) by the fire brigades. Regardless of the importance of the concepts of prevention and protection, a brief survey of traditional literary works from SISCI and the legislation of CBMES reveals that, despite their mentioned importance, such terms do not have categorical definitions that clearly distinguish them in SISCI. This reality results in not delimiting its meanings, which may compromise its management, which includes the essentially feedback role of expertise in SCI, since, given the degree of complementarity naturally existing between the themes, the absence of a crystalline distinction in the culture organizational structure, sometimes leads to taking one for the other, as a rule, favoring protection over prevention.

Keywords: Fire prevention. Fire Protection. Fire Expertise. Fire Safety System.

Artigo Recebido em 20/11/2021 e Aceito em 05/04/2022

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo ensejar uma reflexão a respeito de dois pilares que alicerçam aquilo que se convencionou chamar de Sistema de Segurança Contra Incêndio (SISCI), a saber, prevenção e proteção. Tem-se por propósito lançar luz sobre tais conceitos categorizando-os, uma vez que é possível notar numa análise apriorística que, para os operadores da SCI, tais temas são encarados como incontroversos, cristalinos e de amplo domínio, mas que corriqueiramente são tomados um pelo outro, tanto em diálogos de caserna quanto em documentos oficiais. Desta forma, o que se busca nos limites deste artigo é, após um trabalho analítico, conceituar e categorizar aqueles verbetes, de modo a contribuir tanto para a cultura organizacional dos Corpos de Bombeiros, quanto para a gestão do SISCI, em especial, a perícia de incêndio.

Os vocábulos prevenção e proteção possuem abordagem recorrente tanto nas legislações dos Corpos de Bombeiros, suas identidades corporativas e planejamentos estratégicos, quanto em conversas informais no ambiente bombeiro militar. No entanto, de acordo com Bragança (2014) do ponto de vista filosófico, cuja característica principal se baseia em indagações fundamentais, muito do que se julga corriqueiro, por vezes pode trazer questionamentos no mínimo provocativos.

A filosofia ao analisar seus objetos de estudo, não os encara como algo inconcusso e imutável. Inobstante o caráter imperativo do meio social no que tange a percepção da realidade, o olhar filosófico não se aprisiona pela visão geral. Desta forma, antes de se questionar, por exemplo, sobre a importância e efetividade da prevenção e/ou da proteção contra incêndio, a atitude filosófica questionaria, o que é prevenção? O que é proteção? O que as define e o que as distingue? São meros conceitos? Ou são valores que também refletem em certa medida, a identidade de uma instituição?

Conforme Chauí (2000), a atitude filosófica obriga o investigador a se projetar para além do trivial, identificando a trama complexa por de trás do que se apresenta de modo simples, levando o pensamento a pensar sobre si mesmo. A essa volta dada sobre si, a filosofia chama de reflexão.

Com efeito, tratar de prevenção e proteção dentro das limitações deste artigo, leva a uma breve reflexão sobre cultura de prevenção, percepção de risco, análise semântica dos temas prevenção e proteção sob a ótica da semiologia e da linguística em Saussure (2006), análise etimológica daqueles verbetes, bem como, seu emprego nos textos oficiais do CBMES e consequente internalização de significado.

A problematização desses temas tem por finalidade a reafirmação da importância desses conceitos, quais se apresentam como valores fundamentais ao SCI, e que em decorrência disso, devem estar formalmente definidos, estabelecendo suas distinções e convergências, garantindo assim, repertório principiológico e sustentabilidade das convicções e práticas gestadas pela cultura organizacional do CBMES, nutrindo de elementos que sofisticam e aprimoram em especial, as ações técnicas retroalimentadoras protagonizadas pela perícia de incêndio no processo de melhoria contínua do SCI (LUGON e JUNIOR 2020).

2 METODOLOGIA

Para realização deste projeto foi utilizado o método qualitativo com coleta de informações diretas e indiretas. A metodologia basilar utilizada formou-se tanto por pesquisa bibliográfica, ou seja, “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50) quanto por pesquisa documental, que por definição, “[...] vale-se de materiais que ainda não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...] tais como: documentos oficiais.” (GIL, 2008, p. 51).

De modo a delimitar a pesquisa, os documentos analisados se restringiram àqueles publicados oficialmente pelo CBMES, em especial, o Decreto Nº 2423-R, DE 15 de dezembro de 2009, a Norma Técnica 03 de 2009, o Planejamento Estratégico 2015-2019 e a Portaria Nº 477-R, de 05 de outubro de 2018 que aprova a Norma Reguladora das Atividades Relacionadas a Perícias de Incêndios e/ou Explosões. Buscou-se em tais documentos identificar não só eventuais definições oficiais para prevenção e proteção, mas também como são abordados em suas categorias.

Justificando a necessidade e a importância de se definir prevenção e proteção de maneira formal e inequívoca na cultura organizacional, em especial no departamento de Perícia do CBMES, o trabalho ora apresentado recorreu aos conceitos fundamentais da linguística (SAUSSURE, 2006), bem como, as variações conceituais em torno dos termos e das definições e suas influências na dinâmica da comunicação (LARA, 2004) além da internalização de signos fundamentais do Sistema de Segurança Contra Incêndio (SISCI).

Em outras palavras, neste momento do trabalho o esforço girou em torno de provar academicamente que a ausência de definições claras na linguagem corporativa, compromete o alcance dos objetivos traçados pelos seus gestores. Metodologicamente, se analisou antes a realidade dos documentos formais, para que em seguida, a linguagem destes documentos fosse exposta à semiologia, por meio de análise científica a partir da linguística.

Considerando que prevenção e proteção assumem dentro da SCI a condição de valores, e dentro dos órgãos bombeiros militares refletem em boa medida suas identidades corporativas, o trabalho desenvolveu-se tendo como referencial teórico a teoria psicossocial dos valores organizacionais (TAMAYO, 1996).

Tamayo (*op. cit.*) explica que os valores organizacionais podem ser analisados em duas perspectivas. A primeira delas intitula-se como oficial, qual se baseia nos documentos oficiais das organizações e também nos discursos

de seus líderes, quais enunciam formalmente quais são os valores principais da organização em estudo.

A segunda perspectiva define-se como sendo o estudo dos valores tal como eles são percebidos pelos membros da organização. Em outras palavras, essa perspectiva tenta elucidar quais valores de fato se encontram internalizados nos membros de uma organização, valores esses que em última instância, consubstanciam-se em suas práticas rotineiras.

Nota-se que essas perspectivas são complementares, pois, concluídas as duas fases, torna-se possível identificar se há ou não alinhamento entre o que uma organização enuncia como valores fundamentais e o que de fato prática por meio de seus membros. Aferir esse alinhamento mostra-se indispensável, sob pena de fracassos institucionais, haja vista que valores em desalinho, podem sugerir condutas pessoais e rumos coletivos em colisão.

Em razão dos limites deste trabalho, a perspectiva aqui utilizada é somente a oficial, configurando-se assim em ponto de partida de um trabalho a ser complementado pela segunda perspectiva dos valores organizacionais. Com efeito, os temas e as informações aqui tratados e discutidos, levam em consideração apenas as fontes formais, por conseguinte, na construção deste artigo foram analisados exclusivamente documentos oficiais, os quais tratam de prevenção e proteção contra incêndio formalmente enunciados.

Vale salientar que o debate a respeito da importância de uma definição categórica clara para prevenção e proteção contra incêndio, não possui muitas publicações específicas no Brasil, o que gera uma lacuna de pesquisa que carece de ser preenchida academicamente de modo a não só enriquecer este trabalho, mas sobretudo, contribuir com a cultura de segurança contra incêndio.

Com efeito, a fundamentação teórica deste trabalho constrói-se dividida em dois momentos, o primeiro baseando-se nos autores acima mencionados no que tange a justificar a importância de se debater a categorização límpida de prevenção e proteção contra incêndio, por meio da semiologia, linguística e teoria psicossocial dos valores organizacionais. No segundo momento, ocasião

em que se procura propor uma definição possível para prevenção e proteção contra incêndio, o trabalho se nutre de duas fontes principais, do resultado da análise de documentos oficiais do CBMES e das abordagens de Seito *et al* (2008) em A Segurança Contra Incêndio no Brasil.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Importância da definição terminológica com base na Semiologia e na Linguística Saussuriana.

De acordo com Ferdinand de Saussure (2006), considerado o pai da Linguística, a Semiologia é uma ciência que se ocupa dos sistemas de signos em geral. Dentro dessa imensa atmosfera de estudo, cita-se como exemplo os sistemas de signos visuais (tais como os sinais de trânsito), sistemas de signos gestuais (libras), sistema de signos táteis (braile) entre outros.

Saussure (*Ibidem*) propõe então que dentro da semiologia, uma ciência específica deve se desenvolver. Uma ciência que trate exclusivamente dos signos verbais, qual seja, a linguística. Desta forma, pertencendo à semiologia, o estudo da linguagem verbal deve, portanto, seguir todas as leis do universo científico ao qual pertence, logo, todas as leis da semiologia devem ser aplicáveis à linguística e vice-versa.

No fito de justificar a importância de se ter clara a categorização dos verbetes proteção e prevenção, mantendo assim a objetividade deste trabalho, destaca-se entre as leis da semiologia saussuriana a concepção dual dos signos, que por sua vez, possuem dois princípios elementares, a saber, arbitrariedade e linearidade.

De acordo com o autor, a linguagem se caracteriza por ser um sistema composto e estruturado por signos. Estes signos são capazes de dotar de sentido o sistema de linguagem, ao se relacionarem entre si acatando leis

específicas, como a arbitrariedade, imutabilidade, mutabilidade e a linearidade, cujos conceitos serão retomados adiante.

Ainda conforme o autor, dentro de um sistema verbal tem-se o morfema como a menor unidade linguística capaz de expressar significado. Com uma finalidade meramente pedagógica, acrescentam-se aqui aos morfemas os demais vocábulos. Nota-se, portanto, que ao se falar de signos linguísticos, fala-se de palavras, ou mais precisamente, de imagens acústicas que provocadas pelos signos (morfemas ou vocábulos/palavras), manifestam-se na consciência do ouvinte/comunicante.

O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 2006, p. 80).

Desta forma, o signo se compõe de significante e significado. Duas faces de uma mesma moeda que juntas, constituem o signo. Por significante, entende-se a forma, ao passo que o significado é a interpretação do significante.

Como exemplo, tem-se o vocábulo cadeira. As letras que compõem a palavra são a forma, ou, o significante, assim como também é um significante o som ou impressão acústica produzida pelos fonemas. Já a interpretação dada ao vocábulo, seja ele escrito ou em sua impressão sonora, ou seja, a imagem de cadeira gerada pela consciência e levada à mente, este sim constitui em si o significado.

Em suma, o significante é a forma, enquanto o significado é o conceito. Forma (significante) e conceito (significado), compõem o signo. E o signo por sua vez, este sim representa algo, uma ideia ou uma materialidade significadora convencionalizada que permite a comunicação.

Para que os signos sejam capazes de desempenhar seu papel comunicacional permitindo assim o advento da linguagem, eles devem seguir obrigatoriamente a dois princípios linguísticos fundamentais, sendo que o primeiro é o da arbitrariedade, qual se desdobra nos conceitos de imutabilidade e mutabilidade, e o segundo princípio é o da linearidade (*ibidem*).

Conforme Saussure, a arbitrariedade do signo diz respeito ao fato de que não há, necessariamente, nenhuma relação funcional entre o signo e o mundo em que ele está inserido. O signo em si é resultado de uma convenção social arbitrária, ou seja, não exige uma relação subjetiva ou objetiva entre significante e significado. “O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário.” (SAUSSURE, 2006:81)

Em outras palavras, não há obrigatoriamente um vínculo semiológico e nem mesmo um nexos lógico que una significante e significado. Ou seja, entre o nome dado a uma coisa e a coisa propriamente, não há exigência explicativa. Uma mangueira por exemplo, se chama assim porque arbitrariamente um grupo social convencionou nominá-la assim. Eis o princípio da arbitrariedade.

Já o segundo princípio, o da linearidade, diz a respeito ao contexto em que o significante é aplicado. Segundo o autor o significante expressa significado dando luz ao signo, no encadeamento linear com os demais significantes que compõem o texto comunicacional (CARVALHO, 2000). Tomando novamente como exemplo o vocábulo mangueira, nota-se que tal substantivo pode assumir tanto o signo de uma fruta, quanto o de parte de uma vestimenta, ou ainda, o de um tubo flexível, bastando para isso que se altere linearmente os demais significantes que o acompanhem. O signo e sua imagem acústica são, portanto, também um resultado linear do contexto em que ele é aplicado.

Diante disso, é possível concluir ainda que o valor dos signos está justamente na sua oposição aos demais signos do sistema. Não é a semelhança entre signos linguísticos que garante a comunicação. Pelo contrário, é a relação de diferença entre os signos, associada ao encadeamento linear comunicativo, que permite em última análise, o advento da comunicação. Eis por fim, o princípio da linearidade.

Como efeito do primeiro princípio, o da arbitrariedade, tem-se os conceitos de imutabilidade e a mutabilidade, fundamentos que se aplicam diretamente aos objetivos deste trabalho.

Para Saussure, sem uma definição regular e constante para os signos, seria impossível a comunicação. Considerando que os signos são arbitrários, para que a comunicação alcance seu objetivo os signos devem apresentar um caráter de certa imutabilidade. Em outras palavras, um nome dado a uma determinada coisa é necessariamente resultado de uma consagração social, ou seja, há um acordo cultural naquela comunidade que garante que aquele signo possui o mesmo significante e o mesmo significado para todos que compartilham daquela língua.

Se com relação à ideia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade linguística que o emprega, não é livre: é imposto. Nunca se consulta a massa social nem o significante escolhido pela língua poderia ser substituído por outro. [...] Diz-se à língua: 'Escolhe!'; mas acrescenta-se: 'o signo será este e não outro'. Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer outro ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é. (SAUSSURE, 2006:p. 85).

No que tange à mutabilidade, em oposição ao conceito exposto acima, o autor ensina que somente o tempo, todavia também chancelado pela consagração coletiva e associado a evolução das tradições, pode conferir mudanças nos signos linguísticos, destacando que tal fenômeno se dá de modo a assegurar a continuidade da língua no decurso histórico.

O tempo que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, à primeira vista contraditório em relação ao primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos, e, num certo sentido, podemos falar ao mesmo tempo de imutabilidade e da mutabilidade do signo.

Em última análise, os dois fatos são solidários: o signo está em condições de alterar-se porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade do passado é apenas relativa, eis porque o princípio da alteração se baseia no princípio da continuidade. (SAUSSURE, 2006:p. 89).

Assim, os aspectos de imutabilidade e mutabilidade dos signos são desdobramentos do princípio da arbitrariedade linguística, resultado de uma consagração coletiva que têm como função conferir certa estabilidade aos signos, de modo que o resultado é justamente a possibilidade de se comunicar. Ou seja, é a garantia de que num determinado grupo social, cada morfema e cada vocábulo possua o mesmo valor para cada um dos seus integrantes, que se torna possível a comunicação racional.

Nota-se, portanto, que a consagração coletiva dos signos, associada ao fato de que o valor dos signos não está em sua semelhança, mas sim em sua relação de oposição aos demais signos, diz respeito diretamente ao objeto de análise deste trabalho.

Os princípios cristalinos da linguística, evidenciam que dentro de uma cultura organizacional, os signos devem obrigatoriamente possuir o mesmo significado para todos os seus integrantes. Utilizar significantes diferentes para um mesmo significado dentro de um mesmo encadeamento linear, ou, atribuir a um significado já consagrado por aquela coletividade um significante diverso, é um atentado à comunicação institucional.

Em outras palavras, conforme as leis semiológicas saussurianas, categorizar, definir e aplicar aos vocábulos (significantes) proteção e prevenção um significado que reflita a consagração institucional arbitrada pelo CBMES, ou seja, a garantia de que aqueles signos serão utilizados e compreendidos, invariavelmente da mesma maneira por cada um de seus militares, se revela como medida inafastável para que a comunicação institucional alcance seus

objetivos, suas tradições sejam mantidas e sua cultura organizacional se fortaleça.

3.2 A importância das definições terminológicas: termo e palavra.

Após abordar noções elementares da linguística clássica, apresentando a importância das consagrações coletivas dos signos para uma comunidade específica, este trabalho avança agora numa abordagem científica mais atual. Com efeito, parte-se do princípio de que definição terminológica “desempenha papel crucial na organização dos termos, afetando a estruturação do campo nocional das linguagens documentárias.” (LARA, 2004, p.92).

Em outras palavras, os termos previamente definidos, dentro de uma cultura particular, é o que permite o advento da comunicação especializada, com vistas ao aprofundamento técnico do grupo em análise.

Segundo a autora, há uma distinção fundamental entre palavra e termo, onde a palavra é polissêmica, variando seu significado conforme o contexto. Por outro lado, o termo é específico, possuindo mais que um significado, um conceito consagrado por uma determinada coletividade.

Mais especificamente, o termo é uma designação que corresponde a um conceito em uma linguagem de especialidade. É um signo linguístico que difere da palavra, unidade da língua geral, por ser qualificado no interior de um discurso de especialidade. Uma palavra tem propriedades (como em um dicionário de língua), mas tem muitos significados, porquanto são elementos do léxico da língua. Um termo, ao contrário, é uma palavra contextualizada no discurso, tendo, conseqüentemente, um referente de interpretação. (LARA, 2004:p. 92).

Como se vê, a definição terminológica é o processo pelo qual um grupo específico consagra um conceito claro para um vocábulo, redundando em um fenômeno que transforma aquele vocábulo em um termo. Assim, a coletividade consagradora não se apropria da palavra, pois esta, permanece polissêmica para os grupos diferentes do dela. Mas, ao elevar a palavra a uma condição de termo, consagrando a ela conceito próprio e transparente para os seus compartilhadores, estabelecem-se assim as condições necessárias para que

uma comunicação tecnicamente efetiva se produza naquele grupo. Ou seja, permite fluir a capacidade humana de expressar por meio da linguagem o mundo subjetivo das ideias, conectando-o ao mundo material das relações pessoais por meio de termos objetivos consagrados.

Diante da evidenciada diferenciação entre termo e palavra, é possível admitir e acrescentar a este estudo, uma segunda dimensão intelectual decorrente daquela oposição, qual seja, o campo das definições léxicas (palavras) e o campo das definições terminológicas. Mantendo o recorte analítico deste trabalho, a abordagem aqui se deterá apenas no campo das definições terminológicas, com vistas ao alcance dos objetivos específicos deste trabalho.

A definição terminológica se opõe a lexicográfica na medida em que a primeira define termos atinentes a um grupo específico, ao passo que a segunda, se aplica aos vocábulos diversos com suas eventuais polissemias, aplicados à língua em geral, como nos dicionários comuns. Portanto, no caso de instituições como o CBMES, cabe assim tratar academicamente de definições terminológicas, ou seja, identificar qual o conceito específico possui, ou deve possuir, os termos prevenção e proteção no âmbito documental e profissional.

Desta forma, vê-se que a definição terminológica não só favorece a qualidade da comunicação institucional, oportunizando melhores condições para que os objetivos institucionais se realizem, mas também qualificam, categorizam e hierarquizam termos fundamentais que em última análise, tal como será tratado no 3.4, assumem a condição de valor institucional.

Todas as atividades do CBMES, redundam em prevenção e proteção à vida e a patrimônios. Tais áreas exigem que as atuações dos militares se esteiem cada vez mais na técnica e na ciência. De mesmo modo, a definição terminológica se dá no campo técnico, de modo a permitir uma comunicação sem ruídos entre seus indivíduos. Conforme ensina Hermans (1995), no vocabulário científico há dois tipos de termos, os técnicos e os teóricos, sendo

que o técnico é que interessa a este artigo, uma vez que este se caracteriza por ter seus termos definidos não pela sua função em um discurso genérico, mas pelo seu entendimento particular aplicado a um campo de pensamento específico.

Nota-se, portanto, que num universo institucional técnico e tão particular como o CBMES, as definições terminológicas são mais do que reaplicações de tradições da caserna. As tradições possuem valor cultural inestimável. E em sua faceta mais evidente, seja pela linguagem, seja pelos valores compartilhados, elas se caracterizam por desempenhar o papel de promover a sensação de pertença, e, por extensão, de compromisso com a corporação. Inobstante, as definições terminológicas por sua vez desempenham um papel academicista, de propiciar um ambiente técnico, em especial, nos departamentos pautados pela atuação embasada no método científico, como no caso da perícia de incêndio.

A definição terminológica, portanto, possui caráter eminentemente técnico, onde a conceituação de termos elementares num âmbito essencialmente acadêmico do CBMES, como aqueles voltados às investigações de incêndio e análise de projetos, se faz inafastável, no fito de enriquecer uma cultura linguística erudita fundamental ao compartilhamento dos avanços científicos. Visa assim, contribuir com a pavimentação dos caminhos científicos já abraçados por departamentos, cujas atividades possuem como atributo, um considerável grau de sofisticação acadêmica e rigor metodológico, traços cada vez mais peculiares aos peritos.

3.3 A importância de definir prevenção e proteção no âmbito da SCI.

De acordo com Seito *et al* (2008), Segurança Contra Incêndio (SCI) é o conjunto de ações de prevenção e proteção às edificações que permitam evitar, extinguir ou reduzir os efeitos de um incêndio. Por outro lado, de acordo com a Norma Técnica 03 de 2009 em seu item 4.386, segurança contra incêndio é um “conjunto de ações e recursos, internos e externos à edificação e

áreas de risco, que permitam controlar a situação de incêndio.” (CBMES, 2009, p. 18).

Nota-se que em ambas as definições, subjazem as noções de prevenção e proteção. Inobstante, basta uma leitura mais detida para se perceber que tanto proteção quanto prevenção, não possuem conceitos concretos, sendo muitas vezes tomados um pelo outro, como se fossem sinônimos.

Como já observado, no caso da semiologia saussuriana, foi apontado que o valor das palavras está não nas suas semelhanças, mas sim, na sua oposição. É na relação de diferença entre os vocábulos aplicados num contexto linear lógico, que a comunicação se faz possível. Do contrário, sobretudo em ambientes especializados como a SCI, a comunicação acaba por se desqualificar, comprometendo assim toda a sua cadeia de ações.

Corroborando, viu-se em Lara (2004) que em ambientes técnicos como a SCI, certas palavras devem ser içadas a condição de termos, carregando em si não uma polissemia camaleônica, mas um conceito concreto, claro e compartilhado, sob pena de depreciação acadêmica de seus textos, deteriorando em razão da linguagem, seus processos de construção cultural e científica.

Desta forma, conceituar concretamente prevenção e proteção no âmbito da SCI, configura-se como tarefa fundamental no processo de contribuir para a edificação de um ambiente profissional cada vez mais técnico, alicerçando-se nos rigores metodológicos seus estratos acadêmicos.

Satisfeito o embasamento teórico geral sobre a necessidade de conceituação dos termos, cumpre-se então abordar as razões objetivas pelas quais prevenção e proteção devem ser conceituadas. Assim, elenca-se adiante algumas acepções encontradas em obras tradicionais relativas à prevenção e proteção.

Para Bear e Carvel (2011), prevenção se divide em operações e equipamentos que previnam o incêndio, ao passo que proteção se constitui de

meios de fuga e elementos de combate e contenção de incêndio. Nota-se aqui uma definição onde os elementos definidores transitam entre os termos.

Para Seito *et al* (2008), tem-se:

Prevenção - Abrange as medidas de segurança contra incêndio que objetivam “evitar” incêndios (união do calor com combustíveis), as quais serão mais importantes quanto maior a quantidade e mais fracionado o combustível (gases, vapores, poeira). Em síntese: são as medidas que trabalham o controle dos materiais combustíveis (armazenamento / quantidade) das fontes de calor (solda / eletricidade / cigarro) e do treinamento (educação) das pessoas para hábitos e atitudes preventivas.

Proteção - São as medidas que objetivam dificultar a propagação do incêndio e manter a estabilidade da edificação. Normalmente são divididas em proteções ativas e passivas, conforme trabalhem, reagindo ou não em caso de incêndio. Exemplos de medidas de proteção passiva: paredes e portas corta-fogo; diques de contenção; armários e contentores para combustíveis; afastamentos; proteção estrutural, controle dos materiais de acabamento. Exemplos de medidas de proteção ativas: sistema de ventilação (triagem) de fumaça; sistema de chuveiros automáticos (sprinkler). (SEITO *et al*, 2008:p. 22).

Na mesma obra, ainda se encontra:

Prevenção deve cuidar para que o incêndio não aconteça e verificar os equipamentos de proteção e combate, mantendo as rotas de fuga, saídas de emergência e portas corta-fogo sempre desobstruídas, para que todo o sistema de segurança contra incêndio funcione como projetado. (Ibidem, p.97).

Para Faria (2018), vê-se:

O termo prevenção de incêndio expressa tanto a educação pública como as medidas de proteção contra incêndio em um edifício. A implantação da prevenção de incêndio se faz por meio de atividades que visam evitar o surgimento do sinistro, possibilitar sua extinção e reduzir seus efeitos antes da chegada das viaturas do Corpo de Bombeiros. (FARIA, 2018, p.84).

Nota-se, portanto, que no âmbito da SCI, corriqueiramente os termos prevenção e proteção são tomados um pelo outro. Percebe-se também que

mais comumente, em detrimento da prevenção, os sistemas de proteção são abordados como prevenção.

Dentre os principais prejuízos decorrentes dessas imprecisões terminológicas, está justamente o engano de se acreditar que investindo exclusivamente em sistemas de proteção, será cumprida a tarefa da prevenção. Como resultado dessa ambiguação conceitual, os operadores do Sistema de Segurança Contra Incêndio (SISCI), acabam por, acriticamente, render-se à cilada mercadológica de exigir cada vez mais equipamentos de proteção, prescindindo sem notar, do que deveria vir antes, a prevenção.

Desta forma, para além das razões acadêmicas gerais, a conceituação dos termos prevenção e proteção no âmbito da SCI, responde a uma necessidade específica e inequívoca, qual seja, promover a desambiguação destes termos, requalificando por um lado a prevenção como ações positivas que visam evitar que os incêndios ocorram, e, lado outro, identificar proteção como sendo todos os equipamentos e ações que devem ser disponibilizados para combate e mitigação dos efeitos do incêndio.

Por derradeiro, nota-se assim que as labirínticas acepções para prevenção e proteção, sem uma conceituação concreta, redundam em direcionar indevidamente o comportamento dos operadores do SISCI, sabotando sem saber, os seus nobres objetivos.

3.4 Prevenção e Proteção: os termos e os valores institucionais.

Nos tópicos 3.1 e 3.2, desenvolveu-se um esforço intelectual em evidenciar com base em argumentos linguísticos, sociológicos e filosóficos, a necessidade de elevar prevenção e proteção a condição de termos, apontando assim a necessidade de categorizá-los conferindo-lhes conceitos concretos, que sejam fiéis ao contexto técnico do CBMES, em especial, na perícia de incêndios.

Tal como é notório, todos os estratos acadêmicos nos seus labores científicos diários, acabam por desenvolver uma linguagem específica, em

razão da necessidade de abranger conceitos em torno de termos compartilhados por aquela comunidade. Desta forma, tomemos como exemplo o vocábulo resiliência. De acordo com Sordi (2011), para os estratos acadêmicos da física, tratar-se-á de um termo que receberá um conceito relativo às propriedades materiais de um objeto capaz de se deformar e retornar ao estado original. Já nas ciências humanas como na psicologia, será abordado como um termo cujo conceito expressa a capacidades humana de superar adversidades. Cada termo possui um conceito claro para cada estrato acadêmico, e nunca será tomado um pelo outro.

De mesmo modo, os estratos do CBMES cujos labores se pautam nos rigores do método científico, devem desenvolver e categorizar seus conceitos em torno de termos concretos, claros e compartilhados por seus membros. Assim, cumpre agora observar um segundo passo fundamental neste trabalho, que é refletir a respeito de valores institucionais. Problemática sobre a qual este capítulo se debruça.

Diante do exposto, faz-se necessário responder o que são valores. Segundo Tamayo (1996), os valores de uma organização são em suma, os princípios e regras que definem seus objetivos, legitimam a expectativa de comportamento de seus membros e referenciam as decisões a respeito dos caminhos a serem seguidos pela organização. O autor ainda acrescenta que valores são “princípios ou crenças, organizados hierarquicamente, relativos a metas organizacionais desejáveis, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses individuais, coletivos ou mistos” (TAMAYO, 1996a, p. 164).

Vê-se, portanto, que valores institucionais operam como fontes principiológicas que subsidiam as decisões de seus gestores e retro-orientam tanto o indivíduo isoladamente quanto a instituição como um todo. São os valores de uma instituição, que padronizam comportamentos e direcionam planejamentos (BRAGANÇA, 2014).

Considerando então que a Segurança Contra Incêndio se constitui essencialmente de prevenção e proteção, uma vez que daí decorrem todos os esforços da SCI, conclui-se que mais que meros termos, prevenção e proteção se revelam como valores da SCI.

Assim, numa sequência linear, tendo este trabalho se sustentado nos princípios linguísticos, sociológicos e filosóficos apresentados, vê-se que para o público geral, prevenção e proteção podem até ser vistos como sinônimos. No entanto, para os departamentos da SCI pautados no método científico, urge a conversão daqueles vocábulos em termos, com conceituação precisa e unívoca. Para o CBMES, embora subjetivamente prevenção e proteção esteiem seus valores tal como ocorre no universo da SCI, fica a respeitosa sugestão no sentido de oficialmente conceituá-los, promovendo assim sua desambiguação, elencando-os então em seus documentos nesta condição, qual seja, a de valores.

3.5 Prevenção e Proteção: Apresentando uma Definição Admissível

Como já tratado neste artigo, urge a tarefa de propor uma definição terminológica para prevenção e proteção. De forma modesta e reverenciosa, este trabalho agora se dedica a mergulhar num esforço intelectual que permita sugerir uma definição possível para os termos em análise.

Conforme já mencionado, a polissemia flutuante das palavras em oposição a inequívoca conceituação dos termos, precariza a produção científica, debilita a transmissão de cultura e compromete a gestão na SCI, em razão de tornar ambíguo o discurso acadêmico, combatindo os objetivos dos gestores.

Como exposto, no âmbito tanto da SCI quanto do CBMES, os termos prevenção e proteção acabam rotineiramente sendo tomados um pelo outro, de modo que não menos habitualmente, nota-se a prevenção em detrimento da proteção.

Conforme se poderá perceber na figura 1 adiante, é comum nos seminários intitulados de prevenção, privilegiar-se a proteção em desfavor da prevenção. Nota-se que o destaque e a glamourização do evento se dão em torno da ideia de prevenção, mas são as medidas de proteção que ocupam o maior espaço e para as quais se dedicam as maiores atenções. Como se poderá perceber na imagem, com exceção do programa escola segura do CBMES, todo o restante do evento foi dedicado exclusivamente às medidas de proteção.

Figura 1 – 10º SECIP CBMES



Data: 03 de julho de 2019 (quarta-feira).
Local: Auditório do TCE-ES
Endereço: Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá – Vitória/ES
Inscrições pelo site: www.sinduscon-es.com.br

No dia 03 de julho de 2019 (quarta-feira) acontecerá o **10º Seminário Capixaba de Segurança Contra Incêndio e Pânico** no auditório do Tribunal de Contas (TCE-ES) das 8h às 17h. O Seminário é um dos eventos constituintes da Semana de Prevenção e tem como objetivo propiciar um ambiente favorável à interação entre bombeiros militares, pesquisadores, acadêmicos, órgãos reguladores de profissões e profissionais da área de Segurança Contra Incêndio, garantindo a oportunidade para a discussão, o aprimoramento e a troca de experiências em benefício da sociedade e da modernização das normas técnicas do CBMES. O evento é voltado a profissionais e empresários do ramo de Segurança Contra Incêndio e Pânico, estudantes e demais interessados.

PROGRAMAÇÃO	
07:50	Credenciamento / Café da manhã
08:15	Abertura / Palavras das autoridades
08:35	TC BM Paiva / Apresentação do Programa Escola Segura
09:00	1ª Palestra Cel Walter Negrizolo / Nova minuta da NBR 9077 (Saídas de Emergência)
10:20	Perguntas
10:30	2ª Palestra Jeffery Lin / Importância e aplicabilidade do CMAR
11:50	Perguntas
12:00	Intervalo para almoço
13:30	3ª Palestra Maj Ivan Ricardo Fernandes / Controle de Fumaça Mecânico
14:40	Perguntas
14:50	Coffee Break
15:10	4ª Palestra João Carlos Wolletanski Júnior / Protegendo armazenagem com a nova NFPA 13/2019
16:40	Perguntas
17:00	Encerramento

Fonte: CBMES, 2019.

Nota-se então, que os operadores de segurança em um evento de tamanha monta, em face do engano provocado pela ausência de

desambiguação dos termos prevenção e proteção, acabam por se colocarem muito mais como promotores de vendas de equipamentos de segurança, do que como fomentadores de ações preventivistas.

Deste modo, evidencia-se a urgência em definir terminologicamente prevenção e proteção, quiçá, os elevando a condição de valores formais do CBMES, de modo a modificar qualificativamente posturas e padronizar comportamentos, no fulcro de robustecer os processos que viabilizam a consecução dos seus objetivos, quais redundam na tarefa de contribuir para a segurança dos cidadãos.

Assim, longe da presunção de exaurir o debate, pretende-se neste momento, a partir da análise de algumas acepções acadêmicas para prevenção e proteção, apresentar e submeter a análise, a proposta de uma definição terminológica admissível.

Destarte, somar-se-ão aos excertos que caracterizam prevenção e proteção elencados no capítulo 3.3, as acepções encontradas para aqueles termos nos seguintes documentos oficiais do CBMES: Decreto Nº 2423-R, de 15 de dezembro de 2009; Portaria n.º 153 - R, de 25 de março de 2009 (Norma Técnica 03 que disciplina as terminologias da SCI); Portaria Nº 477-R, de 05 de outubro de 2018 (Norma reguladora das atividades relacionadas a perícias de incêndios e/ou explosões); e Planejamento Estratégico do CBMES 2015-2019. Após uma análise preliminar desses documentos, se proporá por fim uma conceituação de modo a definir terminologicamente prevenção e proteção.

Iniciando-se pelo Decreto Nº 2423-R, de 15 de dezembro de 2009, temos que:

Prevenção de incêndio: é o conjunto de medidas que visa evitar o incêndio, permitir o abandono seguro dos ocupantes da edificação e áreas de risco, dificultar a propagação do incêndio, proporcionar meios de controle e extinção do incêndio e permitir o acesso para as operações do CBMES. (Decreto Nº 2423-R. p. 04).

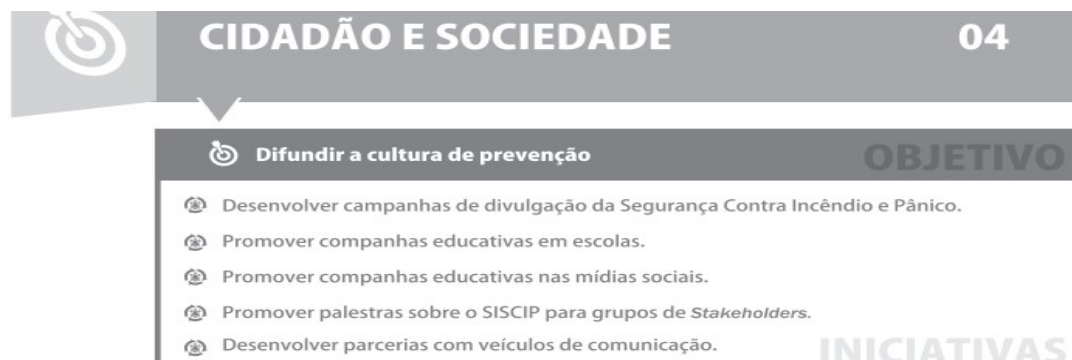
Nota-se que na definição acima, prevenção explicita um caráter anterior ao incêndio, já que visa evitá-lo, mas engloba também as medidas de proteção. Vê-se, que o termo prevenção é associado às medidas de proteção, sem muito destaque às ações positivas de prevenção, elencando ações primárias de proteção. Vale destacar que o documento não traz uma definição para proteção de incêndio, citando apenas às oposições entre proteções ativa e passiva.

Observando a Portaria n.º 153 - R, de 25 de março de 2009, Norma Técnica 03 que disciplina as terminologias da SCI, extrai-se que tal norma apenas replica a definição de prevenção encontrada no decreto supracitado. De mesmo modo, não menciona uma definição específica para proteção de incêndio, se restringindo a termos específicos ligados à fiscalização e análise de projetos.

Analisando agora a Portaria Nº 477-R, de 05 de outubro de 2018 (Norma reguladora das atividades relacionadas a perícias de incêndios e/ou explosões), verifica-se que não há naquele documento definições para os referidos termos. Vale destacar que o objetivo do documento gira em torno regular a atividade de perícia, o que justifica a ausência de definições terminológicas.

Examinando-se o Planejamento Estratégico do CBMES 2015-2019, destaca-se a auspiciosa imagem abaixo, qual apresenta ações positivas específicas ao abordar o tema da prevenção. A figura 2 apresenta os objetivos do CBMES no tocante ao cidadão e a sociedade, privilegiando uma cultura de prevenção. Não há no documento ora observado, definição para proteção de incêndio.

Figura 2 – Planejamento Estratégico CBMES



Fonte: CBMES, Planejamento Estratégico 2015-2019, p.40.

Assim, após exame dos excertos listados ao longo deste trabalho e dos documentos oficiais do CBMES abordados, conclui-se que há de fato, tanto no âmbito geral da SCI quanto no caso específico do CBMES, uma lacuna terminológica a ser preenchida. Os termos prevenção e proteção devem ser definidos categoricamente de modo a conferir a cada um, seu lugar e sua devida importância, haja vista se tratar de temas de extrema relevância, e que de maneira a não se imiscuïrem degenerativamente um no outro, possam se complementar sem prejuízo a ambos, garantindo sobretudo a peculiar excelência com que o CBMES pratica sua maior vocação, que é contribuir para a segurança da comunidade.

Deste modo, propõem-se que, por um lado, prevenção seja terminologicamente definido como sendo todas as ações educativas e fiscalizadoras que visam evitar que um cenário de incêndio se instale. Incluem-se nestas ações, palestras, campanhas educativas e fiscalizações de posturas ligadas a impossibilitar que os elementos constitutivos do fogo acidentalmente se interajam, impedindo assim a ocorrência de incêndios.

Por outro lado, define-se como proteção de incêndio todas as ações adotadas diante de um incêndio já instalado, voltadas a permitir o abandono seguro dos ocupantes da edificação e áreas de risco; dificultar a propagação do incêndio; proporcionar meios de controle e extinção do incêndio e permitir o acesso para as operações do Corpo de Bombeiros.

Em analogia à medicina, para Gutierrez *et al* (1997) prevenção de saúde são todos os estímulos a comportamentos que visam evitar que uma doença se instale, ao passo que proteção e combate a doenças, são todos as manobras, equipamentos e medicamentos para o tratamento. A mesma estratégia se aplica aos termos prevenção e proteção a incêndios.

Por fim, nota-se que nesta conceituação, prevenção e proteção ocupam nitidamente lugares diferentes no tempo. Sendo que a prevenção necessariamente vem antes, com comportamentos que evitam o incêndio, enquanto a proteção entra em cena após a materialização do incêndio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o foco principal das atividades desenvolvidas pelo CBMES redonda na preservação de vidas e patrimônios, resta claro que a busca pela excelência no exercício de sua vocação deve ser permanente. Diante disso, este trabalho buscou refletir sobre dois conceitos basilares fundamentais ao SISCO, a saber, prevenção e proteção, cuja conceituação e compartilhamento devem ser aplicados de maneira clara e inequívoca.

Constatou-se que a maneira como os termos vêm sendo abordados no CBMES e na SCI em geral, tomando-se um pelo outro, acaba por privilegiar a proteção em detrimento da prevenção. Ficou provado que a natureza polissêmica e o caráter camaleônico no uso dos termos, redundam em um comportamento institucional que prejudica a consecução dos objetivos do CBMES, uma vez que em face da sua inexatidão, tem-se por resultado um maior destaque dos equipamentos de proteção em desfavor da prevenção, sob o engano de falar-se em prevenção, promovendo a proteção.

Longe de querer inventar a roda ou apontar erros, este trabalho muito respeitosamente convida a uma reflexão sobre tais termos, com vistas exclusivamente a contribuir para a construção de comportamentos padronizados e conscientes, no fito não de desprestigiar os sistemas de

proteção, mas sim, de colaborar com o fortalecimento de uma cultura de prevenção sólida.

A partir de um denso arcabouço teórico, cuja profundidade expressa o caráter respeitoso em relação aos pensadores do SISCO e em especial ao CBMES, o presente trabalho apresenta uma modesta contribuição, materializada sob a forma de conceituação terminológica.

Com base em tal arcabouço, ficou demonstrada a necessidade de uma revisão comportamental, cujo processo deve então germinar e se desenvolver de forma robusta e resoluta, doravante a internalização dos conceitos propostos para prevenção e proteção, qualificando positivamente tanto ações individuais quanto planejamentos institucionais, redundando assim em uma mudança de comportamento, retro-orientada pela disseminação da conceituação proposta.

Por derradeiro, atendendo aos objetivos deste trabalho, ficou provado a partir de robustos alicerces teóricos estribados em conceitos linguísticos, sociológicos e filosóficos, que a internalização social de conceitos advindos de uma definição terminológica compartilhada, favorece a mudança de posturas. Ou seja, definição terminológica interiorizada institucionalmente, muda comportamentos.

REFERÊNCIAS

BEAR, A.; CARVEL, R. **Handbook of Tunnel Fire Safety**. 2. ed. United Kingdom: Ice, 2011. 714p.

BRAGANÇA, S. D. **A Importância dos Valores Militares na Formação dos Cadetes Bombeiros Militares**. Monografia (Graduação) – Academia de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 79. 2014.

CARVALHO, Castelar de; **Para compreender Saussure**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 83p.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 440p.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 2423-R, de 15 de dezembro de 2009. (Alterado pelo Decreto Nº 3823-R, DE 29 de junho de 2015). (Alterado pelo Decreto Nº 062-R, de 01 de fevereiro de 2017) Disponível em: <https://cb.es.gov.br/Media/CBMES/PDF's/CAT/Decreto%202423-R%20de%2015%20de%20dezembro.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Corpo de Bombeiros Militar. Portaria nº. 153-R, de 25 de março de 2009. Norma Técnica 03, Vitória, ES. Disponível em: <https://cb.es.gov.br/Media/CBMES/PDF's/CAT/Normas%20T%C3%A9cnicas/08%20-%20NT%2003.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Corpo de Bombeiros Militar. Portaria nº. 477-R, de 05 de outubro de 2009. Norma Reguladora da Perícia de Incendios, Vitória, ES. Disponível em: <https://cb.es.gov.br/Media/CBMES/PDF's/Legislacao/477-R%20Anexo%20-%20Norma%20Reguladora%20das%20Atividades%20Relacionadas%20a%20per%C3%ADcia%20de%20Incendio%20e.ou%20Explosao.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Corpo de Bombeiros Militar. Planejamento Estratégico 2015-2019, Vitória, ES. Disponível em: https://cb.es.gov.br/Media/CBMES/PDF's/Planejamento%20Estrategico/Planejamento_Estrategico-CBMES-2015-2019.pdf. Acesso em: 04 mar. 2022

FARIA, M.M. Projeto de Segurança contra Incêndio: padronização de conceitos e apresentação de projeto técnico. In: **A Segurança contra Incêndio em Edificações: recomendações**. São Paulo: Firek Segurança Contra Incêndio, 2018. cap. X, p. 81-94.

GIL, A. C. **Métodos de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GRAEFF, A. G.; RODRIGUES, R. S. Análise da Cultura de Prevenção e Percepção de Risco de Incêndio em Comunidades Escolares de Porto Alegre para o Desenvolvimento de Treinamento para Professores. **Revista Flammae**, Pernambuco, v. 05, n. 14, p. 169-187, 2019. Edição Especial 5 CILASCI.

GUTIERREZ, M. L. *et al.* **La Promoción di Salud**. In: ARROYO, H. V.; CERQUEIRA, M. T. (Org.). La promoción de la salud y la educación para la salud em América Latina. Puerto Rico: Editora de La Universidad di Puerto Rico, 1997.

HERMANS, A. **Sociologie des discours scientifiques: quelques réflexions**. Meta, v. 40, n. 2, p. 224-228, 1995.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004.

LUGON, A. P., JUNIOR, T. P. C. A Perícia de Incêndio no Processo de Melhoria Contínua do Sistema de Segurança Contra Incêndio. **Revista Flammae**, Pernambuco, v. 06, n. 17, p. 129-158, jul./dez. 2020.

POFFO, I. R. F. **Percepção de riscos e comportamento da comunidade diante de acidentes ambientais em áreas portuárias de Santos e de São Paulo**. 2011. Tese de Pós-doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 139 p. 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 278p.

SEITO, Alexandre Itiu; *et al.* **A Segurança Contra Incêndio no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Projeto Editora, 2008. 496p.

SORDI, A.O; *et al.* O Conceito de Resiliência: Diferentes Olhares. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 115-132, mai./ago. 2011.

TAMAYO, Álvaro. Escala de valores organizacionais. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 31, n.2, p. 62-72, abr./jun. 1996a.